

Credor já tem contraproposta para

Washington — Trinta dias depois de terem recebido a proposta de renegociação de US\$ 52 bilhões da dívida externa, os bancos credores apresentaram ontem sua contraproposta ao negociador oficial da dívida brasileira, Pedro Malan, em Nova Iorque, e deram sinais a Washington de que, a exemplo do governo brasileiro, também estão com pressa para chegar a um entendimento. Os membros do comitê de bancos evitaram comentar a proposta que fizeram ao Brasil, indicando que estavam sob instruções estritas para não falar. Geralmente, isso é um sinal de que os credores estão cautelosamente otimistas sobre o rumo da negociação. Fontes bem informadas disseram que a contraproposta dos bancos incluiria pelo menos duas novidades.

Além dos cinco instrumentos de redução e reescalonamento da dívida oferecidos pelo Governo brasileiro, os bancos querem uma sexta opção, que contemple alguma forma de garantia inicial sobre o pagamento de juros. No caso do México, por exemplo, essa garantia foi coberta com dinheiro das reservas do país e valeu pelos primeiros 18 meses do acordo. A outra reivindicação dos bancos é o aumento do montante dos "enhancements", ou seja, dos fundos que o país pretende obter com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para

Missão permanece mais uma semana

A missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) esteve ontem com o coordenador da área fiscal do Ministério da Economia, Fábio Barbosa. Além do detalhamento da política fiscal, foi entregue aos técnicos da missão as projeções do governo com relação ao superávit primário das contas do setor público. A missão do FMI permanece em Brasília na próxima semana.

usar como garantia de pagamento do principal dos novos títulos da dívida. O governo havia estimado que poderia levantar US\$ 2 bilhões junto às agências multilaterais de crédito para essa finalidade.

De acordo com as mesmas fontes, por trás da contraproposta apresentada pelos bancos hoje existe um cálculo político, ou pelo menos a esperança de que ela possa levar a um acordo num prazo relativamente rápido. Para os bancos americanos, que são donos de 30% do dinheiro em jogo e dominam o processo de negociação no campo dos credores, um entendimento resolveria um de seus maiores problemas na área externa no momento em que vários deles enfrentam situações difíceis no âmbito doméstico. Alguns banqueiros parecem

convencidos, também, de que um anúncio de sua disposição de fechar negócio com o Brasil teria um efeito psicológico positivo dentro do país e reforçaria a posição dos setores do governo e da sociedade que defendem a adoção de uma política de estabilização para valer. Isso permitiria a conclusão do acordo com o FMI, que a equipe econômica quer completar até meados do mês que vem. Assim, o acordo com os bancos poderia até acontecer antes e serviria de incentivo para o país fechar, logo depois, os termos da carta de intenção com o Fundo.

Esta tese é defendida por mais de um banqueiro no comitê e, certamente, também pelo ministro da Economia, Márcilio Marques Moreira, um ardoroso adepto da teoria do choque positivo de expectativas. Contra ela existe o temor de que, em vez de ser entendida como um convite e um incentivo à mudança, ela seja interpretada como uma ratificação da situação atual e reforce a ala do governo que quer que tudo fique mais ou menos como está.

A proposta de negociação que o Brasil apresentou aos bancos, no dia 21 de agosto, incluía cinco tipos diferentes de instrumentos de renegociação, com várias taxas de juros: bônus de conversão ao par, bônus de redução de 37,5% do principal, bônus de redução de juros, bônus de redução de juros com capitalização e bônus de captação de dinheiro novo. (Paulo Sotero, da AE)

Sábado, 21/9/91

acordo